

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS QUE REGULAMENTAM O CONCURSO PÚBLICO

Estas Instruções Específicas, o Edital nº 16/2024, a Resolução nº 17/2017, do Conselho Universitário - CONSU, o Edital de Condições Gerias nº 15 de 02 de fevereiro 2018, publicado no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2018 e demais legislações pertinentes, disciplinarão o Concurso Público para Professor de Magistério Superior, não cabendo a qualquer candidato alegar desconhecê-lo.

Área do Conhecimento

Ciências da Saúde - 4.00.00.00-1

Subárea: Medicina - 4.01.00.00-6 /

Especialidade: Ginecologia e Obstetrícia – 4.01.01.15.0.

Titulação

Graduação em Medicina e residência médica em Ginecologia e Obstetrícia reconhecida pelo MEC ou título de especialista em Ginecologia e Obstetrícia pela Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO - ou Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ginecologia e Obstetrícia no Conselho Regional de Medicina (CRM)

Conteúdo programático

1. Vulvovaginites: epidemiologia, apresentações clínicas, diagnóstico diferencial e manejo terapêutico.
- 2- Câncer de mama
3. Modificações fisiológicas da gestação
4. Abortamento: epidemiologia, apresentações clínicas, diagnóstico diferencial e manejo terapêutico.
5. Síndromes hipertensivas na gestação: epidemiologia, apresentações clínicas, diagnóstico diferencial e manejo terapêutico.
6. Diabetes na gestação: epidemiologia, apresentações clínicas, diagnóstico diferencial e manejo terapêutico.
7. Infecções congênitas: epidemiologia, apresentações clínicas, diagnóstico diferencial e manejo terapêutico.
8. Planejamento familiar: métodos contraceptivos, indicações e contra-indicações.
9. Assistência ao parto.
10. Doenças sexualmente transmissíveis: epidemiologia, apresentações clínicas, diagnóstico diferencial e manejo terapêutico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

CAMARGOS, A. F. et al. Ginecologia ambulatorial: baseada em evidências científicas. 2. ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2011.

CUNNINGHAM, F. G. et al. Obstetrícia de Williams. 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

HOFFMAN, B. L. et al. Ginecologia de Williams. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

VIANA, L. C.; GEBER, S. Ginecologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2012.

MONTENEGRO, C. A. B.; REZENDE FILHO, J. Rezende: obstetrícia fundamental. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

CAMARGOS, A. F. et al. Anticoncepção, endocrinologia e infertilidade: soluções para as questões da ciclicidade feminina. Belo Horizonte: Coopmed, 2011.

SILVA FILHO, A. L.; LARANJEIRA, C. L. S. (Ed.). Manual SOGIMIG de ginecologia e obstetrícia. 6. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2017.

Brasil. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2022. 211 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: uma prioridade do governo/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 24 p. color. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) – (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - Caderno nº 1). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_direitos_sexuais_reprodutivos.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais, direitos reprodutivos e métodos anticoncepcionais. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/direitos_sexuais_reprodutivos_metodos_anticoncepcionais.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 2. reimpr. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2012. 318 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, nº 32). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf.

Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica : Saúde das Mulheres / Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 230 p. : il.

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Outras bibliografias a critério do candidato.